



UMA ESCOLA EM AJUSTAMENTO: SEXISMO E FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES

Eliana Teresinha Quartiero¹
Henrique Caetano Nardi²

Este trabalho traz um relato de experiência dentro do campo de estudo das sexualidades e relações de gênero considerando o ambiente escolar o foco de pesquisa, problematizando os deslocamentos dos discursos sobre a diversidade sexual e suas contribuições para a constituição das subjetividades de jovens alunos e alunas.

Considerando que as subjetividades são construídas de maneira singular por cada indivíduo segundo os modos de subjetivação existentes no seu meio, sendo objetivado com maior ou menor resistência, a produção do gênero não consolida subjetividades estáveis, imutáveis. Configuram-se negociações e deslizamentos dentro de um campo de possibilidades de lógicas de inteligibilidades, que fazem a leitura do que é possível existir, e os valores de cada indivíduo, dentro desta teia de legitimidade. Assim, Foucault, ao desnaturalizar os discursos e as práticas problematizadoras do desejo e edificadoras do dispositivo da sexualidade, nos alerta para a rede de relações histórico-sociais que produzem e atravessam nossas identidades, pensamentos e possibilidades de interação.

O debate contemporâneo acerca da identidade e da diferença, construído a partir do campo de estudos sobre as sexualidades, é de fundamental importância para este olhar para a escola. Assim como os estudos feministas, estudos *queer* acerca da heteronormatividade, da performatividade e abjeção podem contribuir para podermos pensar em uma violência que decorre da normatização³ das identidades sexuais, dos prazeres e dos desejos considerados convenientes para homens e para mulheres. Vários trabalhos têm descrito o conflito por que passam as pessoas que tem suas práticas e desejos considerados “anormais”.

E aqui salientamos a noção de abjeção, colocada como algo que tenta sinalizar o que permanece fora das oposições binárias, a ponto mesmo de possibilitar esses binarismos. Quem passa a ser denominada/o imprópria/o? Que tipos de atos são classificados ou designados ou nomeados? O abjeto não se restringe ao sexo e heteronormatividade, relaciona-se a todo tipo de

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

² Doutor, professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

³ As referências à normatização da sexualidade são aqui entendidas a partir da proposta de Foucault (1987), que situa o conceito de normalidade como uma decorrência do poder disciplinar, que surge no Ocidente a partir do final do século XVII.



corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante.

Ao mesmo tempo em que se colocam na escola formas de preconceito e discriminação encontradas na sociedade em geral, as escolas são vistas por muitos teóricos como um local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam a saúde de crianças e adolescentes (Altmann, 2001, 2003). Apesar destes debates, as questões ligadas às sexualidades na rede estadual de ensino do Rio grande do Sul vêm sendo tratadas superficialmente nos ambientes escolares, apesar deste tema ser listado como um aspecto a ser contemplado no currículo nas escolas públicas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental - PCN e dos Temas Transversais no ano de 1997.

Quando está presente, a discussão acerca da diversidade sexual tem sido tratada nas escolas especialmente com a utilização do conceito de bullying como base para a discussão da homofobia. Isto pode trazer como uma de suas vantagens a de chamar a atenção para a intensidade com que as diversas modalidades de violência homofóbica são exercidas no ambiente escolar. O recurso ao conceito de bullying, porém, traz algumas limitações: este referencial tem se utilizado de um olhar psicologizante que concentra sua análise nas motivações individuais e grupais para o exercício da violência no contexto escolar, deixando de lado o quanto os comportamentos associados ao *bullying* estão intrinsicamente ligados a relações sociais que se utilizam de uma matriz heterossexista. Cabe salientar que não somente os/as que demonstram ou ficam sob suspeita de ter uma sexualidade “diferente” são vigiados, criticados, mas que a norma se instala para todos os indivíduos e funciona como referência para a construção da maneira que todos/as nós iremos viver e dar valor a nossas experiências afetivas, amorosas e sexuais.

Esta pesquisa está focando o Centro Estadual de Formação de Professores General Flores da Cunha, uma instituição de 140 anos, fundada como Escola Normal, hoje abrangendo: creche, educação infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Curso Normal, Aproveitamento de Estudos do Normal. A escola tem em torno de 2300 alunos/as e 157 professores/as. Funciona em três turnos, no turno da noite são oferecidos o Ensino Médio e o Aproveitamento de Estudos. Trata-se de uma escola tradicional na formação de professores/as

O assim chamado Instituto de Educação se comprometeu judicialmente a divulgar a partir do ano de 2008, entre seus alunos jovens e adultos, professores e funcionários, todas as leis que enfocam o racismo e a discriminação. A decisão foi firmada por um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado junto à Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos depois de



denúncias de preconceito com relação à orientação sexual de alguns estudantes dentro da escola. A escola assinou o termo para dar fim a um inquérito civil que investigou essas discriminações no interior da escola. No documento assinado, o colégio comprometeu-se a "orientar seu corpo docente para que viabilize a inclusão da temática da livre orientação sexual como conteúdo curricular das disciplinas, nas classes destinadas a jovens e adultos, primando por uma cultura de Direitos Humanos".

O compromisso da escola veio depois da instauração do inquérito civil que apurou casos de discriminação por orientação sexual nas dependências da escola e com a assinatura do termo, o inquérito foi arquivado. Além disso, o colégio deverá garantir que a utilização dos banheiros por seus alunos respeite a orientação sexual de cada um deles, sempre de forma condizente com a notória aparência da orientação, em especial no caso de transgêneros.

O termo levou em conta a Lei nº 11.872/02, que dispõe que o Estado do Rio Grande do Sul deve reprimir atos atentatórios à dignidade da pessoa humana, especialmente a discriminação fundada na orientação, práticas, manifestação, identidade e preferências sexuais exercidas dentro dos limites da liberdade de cada um e sem prejuízos a terceiros.

Esta condição da escola determinou um convite que me foi feito, como professora recém chegada com um contrato emergencial, a assumir a elaboração do programa de Ética e Cidadania e ser nominada⁴ coordenadora da disciplina de Ética. Dentro das ações requisitadas pelo Ministério Público no acordo realizado no conteúdo desta matéria necessariamente deveria ser abordado o tema da diversidade sexual. Pude perceber que se apresentou o receio, por parte de professores e direção, de ter seu nome vinculado ao tema e com isto ter também sua sexualidade passível de suspeita. Portanto isto foi "deixado" a cargo da professora iniciante⁵, mas que já estava comprometida com o tema.

Acompanhando o processo de minha formação me constituindo como uma professora, este trabalho busca promover uma reflexão com um olhar para a diversidade sexual, durante o processo de estar tornando-se docente, a fim de destacar e refletir sobre os principais aspectos da formação de uma educadora considerando a construção de uma prática não-sexista em sala de aula em uma experiência concreta.

⁴ Coloco aqui nominada, pois esta função não representou nenhuma ação ou atividade na escola proposta pela direção, por hora é uma colocação *pró forma*.

⁵ Até então eu não tinha experiência com a docência, exceto pelo estágio curricular na Licenciatura em Psicologia e na Prática Docente realizada no curso de Mestrado.



Esta proposta de reflexão propicia uma oportunidade de poder evidenciar e se apropriar das teorias que envolvem a discussão da diversidade sexual, homofobia e heterossexismo na educação de um modo geral. Porém, o principal objetivo é desenvolver uma produção de conhecimento partindo da análise de uma experiência, na qual se buscam alguns entendimentos, bem como problematizações no que se refere ao fazer docente implicado na busca de práticas norteadas pela intervenção/invenção de pedagogias voltadas a desnaturalização da lógica binária que fundamenta o heterossexismo. É possível pensar que as relações com alunos/as e professores/as focando os processos de subjetivação, podem ser potencializadores de novos conhecimentos, mesmo que seja um estudo restrito à experiência de uma professora apenas. São momentos de estranhamento dentro de um território, sendo este a sala de aula e a própria docência.

Na minha prática como professora de psicologia do magistério, eu me deparava com a constatação: que minhas/meus alunos/as não aprendiam as coisas que eu achava interessante de lhes ensinar, que eu diligentemente explicava. A percepção que eu vivia era de que eu não conseguia ensinar ou que elas/eles não conseguiam aprender. O ensinamento nas aulas de psicologia implicava em poucas mudanças na prática dos estágios e posturas em salas de aula e não resultavam em projetos nas escolas. Alógica instituída se impunha.

Neste trabalho me deparei com muitos limites em meu instrumental teórico/prático para realizar o que eu queria experimentar: um possível cotidiano deslocado de referendar a norma de uma construção de subjetividade limitada à referência ao sexismo. Ao afirmar que tive que lidar com limitações estou me defrontando com a educação que eu conheço e vivenciei como aluna que se apresenta ligada a uma lógica dual e parece inexorável, quando percebemos estamos neste funcionamento, e principalmente no educar as contraposições bem instituídas de saber/fazer, corpo/mente, conhecimento/desconhecimento dão sentido a uma disciplina e rotina.

A assinatura do termo de ajustamento não representou mudanças significativas no dia a dia da escola. A intervenção legal da promotoria foi percebida pela equipe diretiva como uma intromissão indesejável, a maioria dos/as professoras/es não “tomou conhecimento” dos termos acordados. Os alunos/as, no geral, não tiveram a informação que deveria ter sido divulgada em todos os setores da escola, ou seja, todas as implicações da assinatura do acordo que deveria ser tornada pública ficou por conta de comentários esparsos nos corredores, os comentários circulavam em torno da polêmica surgida pelo fato de uma aluna travesti “causar tumulto” nos banheiros femininos. Esta aluna que realizou a queixa não conseguiu permanecer na escola, evadiu-se.



Nas aulas de Ética e Cidadania as discussões ficaram superficiais: no politicamente correto, com algumas brechas e mudanças. Porém, percebi que os alunos não utilizavam nos períodos de ética brincadeiras e ofensas sexistas e palavrões em geral, nas outras aulas, com outros professores permanecia quase como antes. Neste sentido considero que a atitude do/a professor/a na sua sala de aula consegue dar uma dinâmica de atitudes mais respeitadas, que não permanecem, não se tornam permanentes, pois encontram outras práticas, outras lógicas de outros educadores que se filiam à práticas heterossexistas. Mesmo que em determinados momentos serem divulgados discursos que envolvam respeito relacionados a uma tolerância, como tolerar o problemático, o deficiente, etc, estes profissionais trazem uma prática que demarca a referência a norma heterossexista no cotidiano. O discurso de tolerância surge como uma palavra branda, frágil, leviana, que muitas vezes exime de assumir posições e de nos responsabilizarmos por elas. Mencionamos a palavra tolerância e tendemos a não fazer mais nada. Como se a palavra dita ocupasse o lugar da ação, do movimento; de fato, quanto mais fragmentada se apresenta a vida social, mais ressoa o discurso da tolerância e mais se ‘toleram’, portanto, formas desumanas de vida. Além disso, ao entender a tolerância como uma virtude natural ou como uma utopia incontestável, se ignoram as relações de poder que lhe justificam. Não é construída uma mesma subjetividade para todas as pessoas, está instituída uma lógica que capacita e descapacita determinadas subjetividades, através da inscrição de diferentes regras de participação e ação. Os sistemas de reconhecimento geram a normalidade através da qual os indivíduos devem ver, agir e avaliar a si próprios como *pessoas razoáveis e normais*.